



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PRÓ – LICENCIATURA



MARIA MÔNICA ZIMMER SIMIONATO BIAVATTI

**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE  
INCLUSÃO ESCOLAR**

PORTO VELHO – RO

2012

MARIA MÔNICA ZIMMER SIMIONATO BIAVATTI

**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE  
INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física pela Universidade de Brasília / Faculdade de Educação Física, Pró – Licenciatura, sob orientação do Professor Mestre Oséias Guimarães de Castro.

PORTO VELHO – RO

2012

MARIA MÔNICA ZIMMER SIMIONATO BIAVATTI

**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE  
INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física pela Universidade de Brasília / Faculdade De Educação Física, Pró – Licenciatura, sob orientação do Professor Mestre Oséias Guimarães de Castro.

---

---

---

Porto Velho – RO, ---- de ----- de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
PRÓ – LICENCIATURA

**O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE  
INCLUSÃO ESCOLAR**

Trabalho monográfico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Educação Física pela Universidade de Brasília / Faculdade De Educação Física, Pró – Licenciatura, sob orientação do Professor Mestre Oséias Guimarães de Castro.

Esta Monografia foi revisada após a defesa em banca e está aprovada.

---

Professor(a) orientador(a)

Dedico meu filho Luis Henrique Zimmer Simionato Biavatti, pelo carinho, amor e estímulo que inconscientemente contribui me dando forças para vencer todas as dificuldades. Dedico-lhe essa conquista como gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me iluminou e me guiou em todos os momentos e me presenteou com luz, vida, amor, saúde, coragem e sabedoria para concluir com êxito esta jornada.

Aos meus filhos Luis Henrique, Emiliany Hermelinda e Guilherme Zimmer Simionato Biavatti e esposo Luis Carlos Biavatti, pelas horas que me fiz ausente em suas vidas.

Em especial a minha mãe Maria Emilia Zimmer Simionato que mesmo em meio as suas dificuldades me apoiou e contribuiu para realização deste sonho.

A toda a equipe pedagógica e gestora do pólo de Porto Velho da Faculdade que direta ou indiretamente contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual.

Enfim, a todos aqueles que na minha caminhada profissional tenham contribuído para o meu crescimento.

A todos, o meu muito obrigado.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar se os recursos pedagógicos utilizados pelo professor de Educação Física proporciona a inclusão educacional dos alunos deficientes. Para tanto se utilizou da pesquisa de campo e bibliográfica. Para a coleta de dados foi aplicado questionário com perguntas fechadas a professores de uma escola pública da rede municipal na cidade de Porto Velho-RO. A educação especial é uma modalidade de ensino que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 tem por finalidade priorizar as pessoas com necessidades educacionais especiais dando a oportunidade para que todos tenham acesso à escola e de preferência com profissionais especializados e que possam atender as suas especialidades. Neste sentido, é colocado em evidencia o direito a educação e a escola inclusiva. A educação inclusiva, enquanto paradigma rompe com princípios e diretrizes da educação especial e busca alcançar a concepção de educação direito de todos. A Educação Física Escolar com o princípio da Inclusão deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, desenvolver as competências de todos os discentes e oportunizar aos mesmos as condições para que tenham acesso aos conteúdos que esta disciplina propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação. A Educação Física para atender às reais necessidades da criança, precisa ter como ponto de partida a compreensão das mudanças no seu comportamento motor, com o objetivo de identificar tais necessidades. Haja vista, que os benefícios da inclusão na Educação Física são inúmeros, pois quando se participa com outras pessoas acontece um aumento de auto-estima, melhoria da competência física e social e também um aumento na variedade de modelos sociais propícios pela diversidade dos participantes. O professor de Educação Física na Educação Especial deve observar individualmente cada criança, e descobrir suas necessidades e, a partir daí, planejar suas aulas. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade. Para desenvolver o processo de inclusão em uma escola, deve haver um trabalho com os professores, e estes devem entender plenamente o sentido da inclusão, ou seja, que quem se adapta é a escola ao aluno e não o aluno à escola.

**Palavras-chave:** Inclusão; Educação Física; Aprendizado; Escola.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1: Sobre as leis que garantem o acesso do aluno com deficiência na escola .....</b>	<b>28</b>
<b>Gráfico 2: Os conteúdos programáticos de Educação Física.....</b>	<b>30</b>
<b>Gráfico 3: Recursos utilizados nas aulas de Educação Física .....</b>	<b>30</b>
<b>Gráfico 4: Objetivo com que as aulas de Educação Física são planejadas.....</b>	<b>31</b>
<b>Gráfico 5: Planejamento escolar da disciplina de Educação Física .....</b>	<b>32</b>
<b>Gráfico 6: O aprendizado dos alunos portadores de deficiência.....</b>	<b>33</b>
<b>Gráfico 7: curso na área de inclusão oferecido pela escola .....</b>	<b>34</b>
<b>Gráfico 8: O Programa de Educação Individualizada .....</b>	<b>35</b>
<b>Gráfico 9: Profissionais habilitados para atender os alunos com deficiência ..</b>	<b>36</b>
<b>Gráfico 10: As aulas de Educação Física.....</b>	<b>37</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I - A ESCOLA PÚBLICA E A INCLUSÃO EDUCACIONAL .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL.....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO II - O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1 O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR X INCLUSÃO .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL .....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO III - CONTEXTUALIZACAO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.</b>	<b>27</b>
<b>3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2 CONTEXTO DA PESQUISA E PARTICIPANTES.....</b>	<b>28</b>
<b>3.3 RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>28</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>
<b>APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES E EQUIPE GESTORA ....</b>	<b>44</b>
<b>ANEXOS – TERMOS DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>46</b>

## INTRODUÇÃO

O presente tema de pesquisa “Adequações Metodológicas e Curriculares aplicados à Inclusão Escolar”, propõe um olhar específico, não somente para aquele com deficiência, mas para cada aluno.

Assim sendo, para realizar a pesquisa, buscou-se a partir do conceito de Saretto (2008), o qual fala da escola como um local privilegiado e muitas vezes único. Refletir como nesse espaço, os recursos pedagógicos utilizados pelo professor de Educação Física proporciona a inclusão educacional dos alunos deficientes. Bem como, identificar que recursos pedagógicos são mais utilizados nas aulas do professor de Educação Física, investigar como professores de Educação Física entendem a inclusão escolar de alunos portadores de deficiência e entender como os alunos deficientes conseguem realizar suas atividades nas aulas de Educação Física.

Uma vez que, a importância deste estudo, parte do princípio que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, contudo, ajustar-se às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos, princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo.

O “anormal” só existe a partir do que está predeterminado como “normal” e, sendo assim, enquanto considerarmos as pessoas com deficiência como diferentes, não normais, desiguais, estaremos perpetuando o modelo de exclusão sempre vigente na história da humanidade.

O Parecer CNE/CEB 17/2001, aponta para o fato de que “cabe a todos”, a busca de melhores recursos para auxiliar e/ou a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira, cada vez mais autônoma, nas dimensões educacional, produtiva e social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania.

Certo de que, as crianças inclusas, necessitam interagir e assim descobrir suas dificuldades de maneira a ser capaz de superá-las a cada dia. Elas necessitam ser amadas, respeitadas e valorizadas em seus potenciais, considerando o seu ritmo e estilo para aprender.

Pois, os conhecimentos por si, não serão suficientes e úteis se não estiverem consonância com o atendimento às necessidades das crianças com deficiência, numa relação também de ajuda que exige desprendimento e compromisso para promover uma atuação que traga como resultado o máximo em normalização, qualidade de vida e interação social.

Haja vista, a educação especial, através da história das pessoas com deficiência passou a considerar esses sujeitos não mais como incapazes, mas sim pessoas com condições de se relacionarem, se desenvolverem aprenderem e produzirem.

Portanto, em se tratando de criança deficiente, é importante conhecer não só a sua história de vida, como também as características da patologia de que fora acometida para poder compreender melhor como se dá o seu desenvolvimento, o que pode considerar como obstáculo e quais as suas possibilidades.

## CAPÍTULO I

### A ESCOLA PÚBLICA E A INCLUSÃO EDUCACIONAL

#### 1.1 O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº (9.394/1996), afirma que o direito à escola é universal. Mas, para que o direito possa torna-se efetivo de fato para as pessoas com deficiência, é necessária a eliminação de barreiras arquitetônicas, qualificação dos profissionais envolvidos no processo, e conscientização da comunidade escolar (BRASIL, 1996).

Porém, há que atentar-se para que direitos, historicamente conquistados, sejam assegurados e possam proporcionar condições adequadas à integração e interação escolar e social de todos os sujeitos que fazem o processo educacional brasileiro. Direitos estes assegurados por documentos oficiais, os quais vão desde o Direito do ser humano como pessoa – cidadão até a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiências. Vejamos no quadro 1 os documentos que fundamentam a educação especial:

**Quadro 1:** Documentos que fundamentam a educação especial

Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948 –art.1º, 2º, 7º e 26º
Lei de Diretrizes e Bases 4024/61 – art. 88 e 89
Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 – art. 9º
Constituição da República Federativa do Brasil – 1988 – art. 5º, 6º, 205 e 206.
Declaração Jomtien (1990) – Conferência Mundial sobre Educação para Todos.
Declaração de Salamanca (1994) – Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade
Lei nº9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases – art. 58 e 59.
PCN's – Adaptações Curriculares (1999)
Declaração da Guatemala (2001) – Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Fonte: BRASIL, 1996.

Educação Inclusiva, cujo conceito postula por uma mudança estrutural no Sistema Educacional de Ensino Regular, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de raça, classe, gênero, credo e/ou características pessoais.

Hoje, conforme consta nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial em Educação Básica / MEC/SEESP, 2001 – Resolução nº 02/2001, Educação Inclusiva é considerada como sendo:

Modo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Por tudo isto, pode-se afirmar que a Educação Inclusiva se sustenta nos princípios da interação, a qual se caracteriza pela ação mútua entre diversos segmentos e sujeitos sociais, impõem enfim uma reciprocidade.

De acordo com Raiça e Prioste (2006, p.41):

[...] falar de Educação Inclusiva é, acima de tudo, proclamar os direitos universais, que prega que a educação de qualidade deve ser possível a todos; é convidar a comunidade escolar a refletir sobre os próprios valores e paradigmas, considerando adversidade como o cenário cultural onde os princípios democráticos devam efetivar-se.

Haja vista, que tal prerrogativa exige uma mudança cultural na concepção e práticas pedagógicas, quando se pretende favorecer situações de aprendizagens pautadas nos princípios da inclusão.

Para termos uma noção da evolução histórica do conceito de deficiência em relação ao novo paradigma educacional, bem como os termos que foram sendo alterados ao longo da produção histórica – cultural da sociedade. Vejamos a demonstração abaixo no quadro 2:

**Quadro 2:** Evolução Histórica do Conceito de Deficiência

Período	Concepção Deficiência	Características	Procedimentos	Conseqüências Implicações
Idade Média Século XVI e XVII Extermínio Mística/Religiosa	- Deformação humana - Manifestação das forças dos deuses ou do demônio	- Negação do direito à vida - Condição imutável de anormalidade - Crenças sobrenaturais demoníacas e supersticiosas	- Extermínio, eliminação - Exorcismo, bruxaria, encarceramento	- Ignorância
Século XVIII Humanista/Cristã	- Manifestação da natureza humana – imperfeição. - Homem a imagem e semelhança de Deus - perfeição	- A deficiência está no corpo. - Oportunidade de purificação para ganhar o reino de Deus. - Conformismo piedoso	- Cuidados, assistência, benevolência. - Internação, abrigos, casas de caridade	- Assistencialismo. - Filantropia, - Voluntariado
Século XIX Científica	- Seqüela, lesão, diminuição da capacidade de um órgão em conseqüência de doenças	- A deficiência pode ser passível de tratamento, evitada ou controlada	- Tratamento médico, psicológico; início dos estudos científicos	- Pesquisas genéticas, avanços tecnológicos. - Equipes multidisciplinares
Século XX Direito	- Perda total ou parcial, temporária ou permanente, de uma função psicológica, fisiológica ou anatômica	- Integração - Inclusão - Convivência Social - Cidadania - Garantia de direitos - Equidade	- Organização da sociedade para o atendimento das necessidades especiais. - Políticas Públicas	- Declarações internacionais, acordos, cartas de intenção, legislações. - Resgate do sentido de filantropia.

Fonte: Raiça e Prioste, 2006.

De acordo com o quadro 2, “Vale ressaltar que as principais barreiras impostas às pessoas com deficiência decorrem de preconceitos e estereótipos socialmente construídos” (PRIOSTE, 2006, p. 20).

Cabe, a escola “acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras” (BUENO, 2001; UNESCO, 1994). A educação inclusiva, enquanto paradigma rompe com princípios e diretrizes da educação especial e busca alcançar a concepção de educação “direito de todos”. Vejamos, no quadro III, abaixo algumas características predominantes no Paradigma da Educação Especial e no Paradigma Inclusivo, conforme o quadro 3:

**Quadro 3:** Paradigma da Educação Especial e no Paradigma Inclusivo, conforme o seguinte quadro:

<b>Paradigma especial</b>	<b>Paradigma inclusivo</b>
Foco nos déficits da criança	Foco nas ilhas de inteligência que estão preservadas.
Ênfase no treinamento da criança visando a que ela se ajuste ao meio escolar	Ênfase na mudança do ambiente para proporcionar a todas as crianças melhores condições de aprendizagem e desenvolvimento.
Diagnóstico baseado em testes de inteligência, realizado por psicólogo e médico.	Diagnóstico multidisciplinar, realizado por médico, psicólogo, assistente social, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo, professores, entre outros.
O objetivo do diagnóstico é identificar o quociente intelectual (QI) e as limitações para que se possa estabelecer o tipo de escola especializada, assim como o nível do agrupamento apropriado à criança.	O objetivo do diagnóstico é identificar habilidades prévias e necessidades de apoio com a finalidade de elaborar um programa educacional individualizado.
Atendimento em classe ou escola especializada, isto é, separado das demais crianças.	Atendimento em classe regular junto a seus pares de idade; apoio especializado com suporte ao professor.
Escolas separadas para receber os alunos com uma especificidade de problema. Por exemplo: escola só para deficientes mentais moderados; escolas que só recebem surdos etc.	Escolas preparadas para educar na diversidade.
Professores especialistas em determinada deficiência	Educadores preparados para oferecer ensino de qualidade a qualquer criança.
Objetivo educacional centrado no treinamento, com o intuito de favorecer a adaptação social da pessoa.	Objetivo educacional centrado na aprendizagem significativa, favorecendo a aquisição de habilidades pessoais, sociais e profissionais que contribuam para a inclusão social da pessoa com deficiência.

Fonte: Raiça, 2006.

Certo de que, para programar uma política de inclusão no âmbito escolar, não basta ampliar vagas para pessoas com deficiência, garantindo o acesso e a permanência delas, é preciso dar garantias de que possam continuar, sem discriminação. E além de que, para que haja uma aprendizagem significativa para todos os alunos é necessário que se ofereça aos professores uma formação adequada, capacitação e apoio.

A cartilha emitida pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (2004), afirma que existem elementos que são inerentes a uma Escola de Todos. Dentre eles destacamos a garantia na lei e na prática da organização do tempo e dos espaços escolares.

Diante dos fatos preconizados em lei, cabe as escolas reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se a vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação a todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades.

Sendo assim, é necessária que a escola ofereça ao aluno com deficiência uma Educação Física adaptada que permita o processo de Inclusão, respeitando as capacidades e limitações de cada um, proporcionando um melhor desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo. Haja vista, que a Declaração de Salamanca (1994), aborda que o princípio fundamental das escolas inclusivas, consiste na aprendizagem em conjunto de todos os alunos, sempre que possível independente das dificuldades e das diferenças que apresentem.

Contudo, nota-se que a educação inclusiva surge tentando compreender às várias barreiras que as crianças enfrentam, sejam barreiras de acesso à escolarização ou de acesso o currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social. No entanto, o movimento pelas escolas inclusivas tem como principal objetivo, romper com as práticas didático-pedagógicas autoritárias e alienantes, que não reconhecem o papel fundamental do aluno no processo ensino-aprendizagem.

Porém, para que a proposta da educação inclusiva, seja efetivada é preciso que todos os profissionais que atuam no âmbito escolar, abracem a causa e em especial o professor de Educação Física. Uma vez que, cabe a ele não somente a responsabilidade de buscar a qualidade profissional e o ajustamento dentro dos contextos em que se atua, mas também interagir com a família, a sociedade e a escola, mostrando-lhes a importância e a responsabilidade que cada um possui perante o processo de inclusão.

## 1.2 O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA FRENTE AO PROCESSO DE INCLUSÃO

As escolas atualmente estão recebendo cada vez mais alunos deficientes em seu âmbito. Assim sendo, o profissional de Educação Física Escolar deve buscar desenvolver as competências de todos os alunos e dar as mesmas condições para que tenham acesso aos conteúdos que propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

Devendo o professor aproveitar a motivação do aluno, estimulá-lo, mostrando que ele é capaz de realizar as atividades e de se superar sempre. Haja vista, que o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades e desenvolver predisposições naturais de cada aluno. Daí a importância que as dificuldades, deficiências e limitações de cada aluno, sejam reconhecidas.

Contudo, Marchesi e Martin (1995), afirmam que o professor ao elaborar as metodologias de ensino precisa está atento ao tipo de deficiência dos alunos, devendo levar em consideração os seguintes aspectos:

- Preparar o trabalho de forma mais simples;
- Dar-lhe o trabalho mais estruturado e com maior número de ordens que ao resto;
- Facilitar-lhe a execução.
- Utilizar todo o tipo de recursos didáticos para proporcionar-lhes as estratégias necessárias à organização e desenvolvimento da tarefa;
- Aumentar o grau de comunicação com o aluno, a fim de poder detectar onde apresenta dificuldades e que níveis de auxílio necessitam para resolvê-las;
- Realizar um controle mais contínuo dedicando mais tempo em todas as fases do processo.

O professor em seu fazer pedagógico, precisa conhecer as pessoas com deficiência, pois Silva (200), informa que elas necessitam de uma atenção específica às suas deficiências. Uma vez que, é de fundamental importância reconhecer as possibilidades humanas; valorizar as eficiências desconhecidas tão comumente

rejeitadas e preparar o aluno para viver em sociedade. Para que ele possa enfrentar os conflitos impostos pela sociedade e se adaptar a eles, de forma adequada.

É importante que o professor reconheça que os alunos são diferentes e que cada um tem seu tempo e jeito próprio de aprender. Segundo Prioste (2006, p. 27), o professor é o primeiro a notar quando o aluno passa a apresentar maior dificuldade no aprendizado.

Sendo assim, é necessário que o professor reveja sua forma de ensinar, busque alternativas que possam favorecer o processo ensino aprendizagem de todas as crianças que apresentam deficiência. De modo a não ficarem a mercê da sorte.

Entretanto, mediante as diversas circunstâncias relacionadas à inclusão de alunos com deficiência no âmbito escolar, percebe-se que é somente pelo planejamento que será possível fazer uma reflexão acerca das opções e ações pedagógicas em relação ao contexto social. Luckesi (1998), afirma que planejar implica uma escolha e envolve juízos e valores sobre uma determinada realidade.

Por esse motivo, é de fundamental importância planejar visando, o tipo de Homem que queremos formar e a sociedade que pretendemos ajudar a construir. Mas para isto, é necessário primeiramente avaliar as características da sociedade e do homem que temos para poder posteriormente, visualizar as mudanças que gostaríamos de efetivar nesta sociedade e neste homem.

Assim sendo, o desenvolvimento de técnicas, estratégias, métodos utilizado em sala de aula devem permitir na prática a possibilidade de realização e criatividade de pessoas que apresentam alguma deficiência de aprendizagem. Pois, verifica-se que é no processo de vida social, de interação num mundo cultural com os outros sociais que na criança vão desenvolvendo os processos psicológicos e humanos. E é a partir daí que começa a constituir e construir a personalidade do sujeito que permitirão relaciona-se com o social, já que este constitui seu espaço de ação.

Contudo, ainda no contexto escolar se vê sucessivas queixas de professores a respeito de suas dificuldades sobre o que fazer, o como fazer, por que fazer, onde, até onde fazer.

Porém, mesmo diante dessas circunstâncias é de responsabilidade do professor a habilidade de perceber a diversidade em sala de aula e as especificidades dela decorrentes, devendo utiliza-se de teorias e estratégias usuais

que possam ser adaptadas às necessidades singulares de cada educando. Contudo, o profissional de Educação Física comprometido com a formação dos alunos deve estar sempre buscando atualização, para que tenha a competência necessária para realizar aulas com qualidade, visando à melhor formação do aluno e a assimilação de conhecimentos (CAMPAGNA; SCHWARTZ, 2007).

A Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/96, que em seu artigo 59, descreve que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos deficientes: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização especificam, para atender às suas necessidades. E os professores do ensino regular deverão ser capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade.

Sasaki (1997, p.47), diz que "o problema das pessoas com deficiência muitas vezes, não está nela e sim nos problemas que a sociedade cria, causando incapacidade no seu desempenho".

Na Educação Física, os recursos materiais merecem uma atenção destacada diante das especificidades existentes. Freire (1997), enfatiza que a utilização de bolas, arcos, bastões, cordas e até mesmo materiais feitos com garrafas e copos descartáveis, são indispensáveis para proporcionar ao aluno a troca com o meio e atribuição de novos significados ao brinquedo.

É importante salientar, que os materiais a serem utilizados nas aulas de Educação Física devem ser diversificados quanto ao peso, tipo, cor e tamanho. Para que se possa exigir do aluno constantes adaptações e ajustamentos de conhecimentos previamente adquiridos. Mas, para isto, a escola deve oferecer espaços e recursos materiais adequados, de modo que o professor de Educação Física venha a ter mais condições para realizar um trabalho de melhor qualidade. Pois, segundo Vygotsky, as pessoas não se diferenciam qualitativamente. Os que as diferenciam são as diversas formas de se desenvolver, aprender ou referenciar-se culturalmente.

Segundo Diehl (2006), é importante que os professores de Educação Física estejam atentos ao comportamento sócio-afetivo de cada criança e jovem, pois eles reagem emocionalmente de maneira diferenciada às tarefas solicitadas. Esta relação se refere ao grau de auto-estima do aluno. A auto-estima influencia a participação em esportes e atividades físicas, bem como o domínio de habilidades.

É necessário que haja, uma preparação de todos os profissionais da escola regular, para receber o aluno deficiente. Pois, de acordo com Cidade e Freitas (2002), a Educação Física quando adequado corretamente ao aluno com deficiência, possibilita-lhe a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de um melhor desempenho.

É importante que o professor de Educação Física, tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno tais como: o tipo da deficiência do aluno, a idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. (Cidade; Freitas, 2002). Assim sendo, o educador deverá selecionar a atividade visando o comprometimento motor, a idade cronológica e o desenvolvimento intelectual do aluno. Deverá estar sempre atento às mudanças, que deverão ser feitas, para melhor atender aos alunos deficientes, evitando que eles sejam isolados de seus colegas e das atividades propostas pelo professor.

Conforme Pedrinelli (1994 apud Cidade; Freitas, 2002), a Educação Física deve conter desafios direcionados a todos os alunos, permitindo a participação de todos, respeitando as limitações e promovendo a autonomia.

Bueno e Resa (1995 apud Freitas, 2004), confirmam que a Educação Física Adaptada compreende técnicas, métodos e formas de organização que podem ser aplicados ao aluno com deficiência.

Para que se efetive a inclusão, principalmente no que se refere à Educação Física Escolar. É importante que seja oferecida aos alunos uma ampla variedade de atividades adaptadas à realidade de todos os alunos, sejam eles com necessidades educativas especiais ou não. Assim sendo, a Educação Física vem resgatar uma educação para todos. Dando oportunidades ao aluno deficiente de conhecer suas possibilidades e vencer seus limites, facilitando a sua participação sempre que possível nas aulas de Educação Física, promovendo a interação entre todos os alunos.

Para Gaio e Porto (apud Marco, 2006), o que diferencia os seres humanos dos outros seres que habitam este planeta é o fato de termos um corpo com tantas possibilidades. Pensar, sentir, agir, criar, dialogar, relacionar-se e entre tantas outras particularidades, sendo capaz de se adaptar as mais diversas situações da vida.

## CAPÍTULO II

### O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA

#### 2.1 O PLANEJAMENTO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR X INCLUSÃO

A Educação Física Escolar com o princípio da Inclusão, deve ter como eixo fundamental o aluno e, sendo assim, desenvolver as competências de todos os discentes e oportunizar aos mesmos as condições para que tenham acesso aos conteúdos que esta disciplina propõe, com participação plena, adotando para tanto estratégias adequadas, evitando a exclusão ou alienação.

O autor Skliar (2001), afirma é necessário que o educador físico investigue e conheça as necessidades psicomotoras, afetivas, de aprendizagem e motoras de cada criança de sua sala para que possa planejar sua prática de maneira inclusiva. Ajudar a criança no seu processo de autoconhecimento, visando a estabelecer novas interações com o outro a partir da relação psicomotora livre, criativa e/ou dirigida é de total responsabilidade de um educador. O papel do professor dessa área é acompanhar a evolução com uma postura ética e responsável diante das diversidades e suas necessidades.

De acordo com Serrão e Baleeiro (1999), a aceitação das diferenças individuais e do jeito de ser de cada um possibilita a compreensão de que a diferença é um elemento que enriquece, mostrando outras formas de ser e fazer.

Compete ao professor de Educação Física, a organização de um ambiente de respeito mútuo, abrindo espaço para a participação cooperativa de todos. Segundo Gallahue e Ozmun (2005), cada pessoa é um indivíduo peculiar com sua própria escala de tempo para o desenvolvimento. Essa escala de tempo é a combinação da hereditariedade do indivíduo e das influências ambientais. Embora a seqüência do aparecimento de características desenvolvimentista seja previsível, o índice de aparecimento pode ser bastante variável.

Curtiss apud Mello (1997, p. 24), comentam que as crianças serão beneficiadas em seu desenvolvimento, se puderem criar, aprender e descobrir, juntamente com o movimento que o próprio corpo lhes possibilita.

A Educação Física para atender às reais necessidades da criança, precisa ter como ponto de partida a compreensão das mudanças no seu comportamento motor, com o objetivo de identificar tais necessidades.

As aulas de Educação Física, sob a perspectiva da necessidade pedagógica, requerem que sejam organizadas e desenvolvidas de tal maneira que não haja exclusões nem generalizações.

Soler (2002) enfatiza que, para desenvolver o processo de inclusão em uma escola, as primeiras pessoas a serem trabalhadas são os professores, e estes devem entender plenamente o sentido da inclusão, ou seja, que quem se adapta é a escola ao aluno e não o aluno à escola. Nesse sentido, a escola e os professores deverão ter uma atitude investigativa e propositiva. Investigativa no sentido de conhecer o aluno e propositiva de forma a disponibilizar um ambiente de aprendizagem que realmente inclua este aluno.

As aulas de Educação Física, para Pereira (1997), concentram-se no conjunto professor-aluno-conhecimento, (teoria, prática e inter-relacionamentos dos exercícios físicos) e ainda enfatiza que a Educação Física é um meio para a realização humana. Gramsci apud Pereira (1997,) ressalta que o professor de Educação Física necessita desenvolver os conteúdos de forma a socializar a cultura, a buscar formar hábitos culturais novos, criar novas necessidades nos alunos no geral.

Assim, o planejamento profissional de um programa deve contemplar o desenvolvimento do saber, do saber fazer, do saber ser e do saber conviver, o que pressupõe considerar o ser humano na sua totalidade incluída aos domínios cognitivos, motor, emocional e social.

Canfield (1998), alerta que o professor precisa saber quem é seu aluno, do que ele precisa, de seus limites, de seus desejos, para que o seu fazer pedagógico seja revestido de importância na vida do aluno. O professor precisa saber do poder da sua aula, da possibilidade que tem de poder proporcionar um ambiente ótimo de aprendizagem para seus alunos, não só no aspecto motor, mas no seu todo.

Segundo González (2002), com a educação inclusiva os professores têm possibilidades de: criar clima adequado para a interação e a cooperação; motivar os alunos, produzindo expectativas positivas e utilizando reforços de auto-estima e reconhecimento; aceitar a diferença como componente da normalidade; fomentar a convergência de todos os educadores por meio da atividade em equipe.

Os benefícios da inclusão na Educação Física são inúmeros, pois quando se participa com outras pessoas acontece um aumento de auto-estima, melhoria da competência física e social e também um aumento na variedade de modelos sociais propícios pela diversidade dos participantes.

Percebe-se que ao longo dos anos, formou-se a idéia de que é muito difícil lidar com deficientes, e como diz Rosadas apud Soler (2002), mas, para se descobrir o que é bom para eles, é preciso, antes de tudo, saber como são, para entendê-los melhor, e assim equacionar de forma mais equilibrada as atividades a eles destinadas.

Contudo, os profissionais de Educação Física devem, segundo Gorgatti e Costa (2005, p.18), “Assumir um papel transformador com a competência específica da área, sendo atores vivos que constroem, mantêm e alteram significados sobre a área, sobre si próprios e sobre as atividades pelas quais respondem”.

Certo de que, o processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo o máximo de suas potencialidades.

Para González (2002), é importante que o professor seja apoiado e orientado no cotidiano escolar, de maneira a ser capaz de refletir de forma crítica e constante sobre sua prática com base em recursos teóricos e metodológicos, a fim de recriá-la constantemente.

Os jogos cooperativos são uma alternativa produtiva para se trabalhar a inclusão na Educação Física, e segundo Orlik apud Moreira, 2003, p.108:

Os Jogos Cooperativos têm como característica principal a participação de todos, onde todos cooperam, vencem e nenhum deles perde. Foram criados para que as pessoas, e as crianças em especial, pudessem jogar de maneira divertida enquanto aprendessem coisas positivas a respeito de si mesmas, dos demais com quem jogam de modo como devem comportar-se no mundo. A cooperação é um meio eficaz a favor de uma retomada de consciência, contribuindo para diminuir a distância que separa pessoas, cidades, nações, países, enfim, incluindo todas as diferenças.

O professor de Educação Física, durante a atividade, deve observar individualmente cada criança, e descobrir suas necessidades e, a partir daí, planejar

suas aulas. É muito importantes que as crianças sintam-se desafiadas e estimuladas a cada vez aprender mais (SOLER, 2002).

Soler (2002), aborda que o papel do professor de Educação Física é o de criar desequilíbrios, apresentando ao seu aluno o novo e o desconhecido, pois diante do desafio o aluno tende a assimilar o conhecimento, utilizando os recursos motores e mentais que possui.

Contudo, o professor precisa buscar identificar em suas aulas quais as necessidades e capacidades de cada aluno, de maneira a potencializar sua autonomia. E com isso, fazer as adequações necessárias nas regras, nas atividades, na utilização do espaço, em materiais para estimular, tanto o aluno deficiente como em todo o grupo, possibilidades que favoreçam a sua formação integral.

Pois, na sociedade atual temos cada vez mais de aprofundar valores atitudinais compatíveis com os direitos humanos, uma vez que em sentido lato todos os seres humanos possuem limitações e dificuldades, não esquecendo que qualquer um poderia ter nascido diferente, e ainda lembrando que todos podem ser diferentes ou tornarmo-nos diferentes.

## **2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL**

Para que a inclusão se efetue são necessárias modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Kunc (1992), fala que “quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”. A Declaração da Salamanca Espanha, realizado em junho de 1994 pela UNESCO na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade foi o marco histórico da inclusão, assinado por 92 países, que tem como princípio fundamental: "todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível independente das dificuldades e diferenças que apresentem".

A Resolução n.2/2001 que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, faz a seguinte recomendação: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidade para todos”.

Segundo a ONU, alguns fatores ainda interferem na inclusão: ignorância negligência e superstição e o medo (WERNEK 1997).

No atual cenário, é necessário conhecer o desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem. Salientamos que, o professor de Educação Física deve utilizar-se em suas aulas novas tecnologias e Investir em capacitação, atualização, sensibilização de forma a envolver toda comunidade escolar com vistas à melhoria do processo ensino aprendizagem.

Além de que, currículos e metodologias flexíveis, levando em conta a singularidade de cada aluno, respeitando seus interesses, suas idéias e desafios para novas situações. Investir na proposta de diversificação de conteúdos e práticas que possam melhorar as relações entre professor e alunos. Avaliar de forma continuada e permanente, dando ênfase na qualidade do conhecimento e não na quantidade. Oportunizando dessa maneira, a criatividade, a cooperação e a participação do aluno deficiente nas aulas de Educação Física. Priorizando assim, as questões pedagógicas e não somente a questão biológica.

No entanto, integrar alunos deficientes exige de toda comunidade escolar uma redefinição da função social da escola. Para Patto (1990), a escola necessita preparar sua comunidade escolar para escolher tarefas de aprendizagem adequada, ajudar os alunos a estabelecer objetivos e ensinar os alunos a orientar-se para o domínio de tarefas. Pois, segundo o referido autor somente através destes procedimentos é possível desconstruir mitos acerca das incapacidades no processo ensino aprendizagem das pessoas com deficiência. Sendo que, as mesmas têm que ser vista e aceita pelas suas possibilidades e não pela suas incapacidades.

Meneghetti (2004, p.105 apud Gaio; Porto in Marco, 2006 p. 11), ressalta que "É no corpo que nossa individualidade se apresenta e, ao mesmo tempo, é na sua integralidade que nos apresentamos inteiro".

De acordo com Gaio e Porto (apud MARCO 2006), o corpo pelo fato de estar sempre em construção e transformação advindas das experiências vividas de cada um, dificilmente o corpo chega a ser conhecido de modo tal.

Para Sasaki (1999, p. 43), "Inclusão significa pré-requisito para a pessoa deficiente buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania". Já Gaio e Porto (apud MARCO, 2006), dizem que inclusão é a valorização do convívio dos corpos diferentes, acreditando não somente no aprendizado dos conteúdos, mas na importância dos valores sociais e humanos.

Stainback (1999), afirma que o objetivo da inclusão não é o de apagar as diferenças, mas o de que todos os alunos pertençam a uma comunidade educacional que valide e valorize sua individualidade.

Segundo Soares (2006), o processo da inclusão é possível, basta somente acreditarmos na capacidade, no potencial a ser desenvolvido e respeitar a individualidade e a diversidade das crianças deficientes. Alves e Duarte (2005), falam que o profissional inclusivista tem como objetivo principal possibilitar a participação de todos os seus alunos seja eles deficientes ou não.

De acordo, com Cavalcante (2005), a inclusão tem crescido a cada ano e o desafio de garantir uma educação para todos também. Na escola inclusiva, os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam pessoas solidárias. E para que isso possa se tornar realidade a participação do professor é essencial.

Mantoan (2005), ressalta que a Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, tendo o privilégio de conviver e partilhar com a diversidade.

Sasaki (1999, p.27) diz:

É imprescindível dominarmos bem os conceitos inclusivistas para que possamos ser participantes ativos na construção de uma sociedade que seja realmente para todas as pessoas, independentemente de sua cor, idade, gênero, tipo de necessidade especial e qualquer outro.

Aguiar e Duarte (2005), A inclusão é um aprendizado que ocorre de forma lenta e gradual em nosso país. Espera-se que no futuro a escola inclusiva junto com a família e sociedade, possam realmente oferecer uma boa qualidade de ensino para todos, sendo que isto não fique sendo apenas uma "utopia".

Assim sendo, a inclusão consiste em inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular. A qual exige da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. Tendo em vista, que o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Cujo, toda criança precisa da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte.

A escola para a maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de se desenvolver e se tornar um cidadão, alguém com identidade social e cultural.

## CAPÍTULO III

### CONTEXTUALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

#### 3.1 Metodologia da pesquisa

A presente metodologia, trata-se de uma pesquisa de “Estudo de Caso”, porque permite aprofundar estudos sobre um determinado contexto.

O estudo é realizado de forma mais concreta, contextual. Permitindo compreender situações em suas complexidade próprias e fazer julgamentos sobre as implicações do estudo. Tendo em vista, que a inclusão requer análises teóricas e investigações práticas da realidade de forma a contextualizar as informações em estudo e fazer assim as próprias interpretações. De forma, assim, a vim entender como os alunos com necessidades especiais conseguem aprender mesmo diante das diversas situações do contexto.

O presente estudo de campo, na busca de informações, visa apresentar um levantamento teórico e uma avaliação sobre a visão do educador de Educação Física no desenvolvimento do ensino-aprendizagem do aluno deficiente.

Pois, segundo Gil (2002, 58), “desenvolver uma pesquisa científica, é necessária que haja uma metodologia que sirva como um caminho a ser percorrido de forma a não se perder por trilhas que não levam ao destino”.

Cujo, método trata-se do indutivo, por considerar que o conhecimento é fundamentado na experiência. Lakatos e Marconi (2005, p.86) citam que:

A indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas indutivas nas quais se basearam.

O método indutivo se enquadra no referido trabalho, levando em conta que o fato já existe, o que precisa é aprofundar os estudos para desenvolvimento, qualificação e aprimoramento.

### 3.2 Contexto da pesquisa e participantes

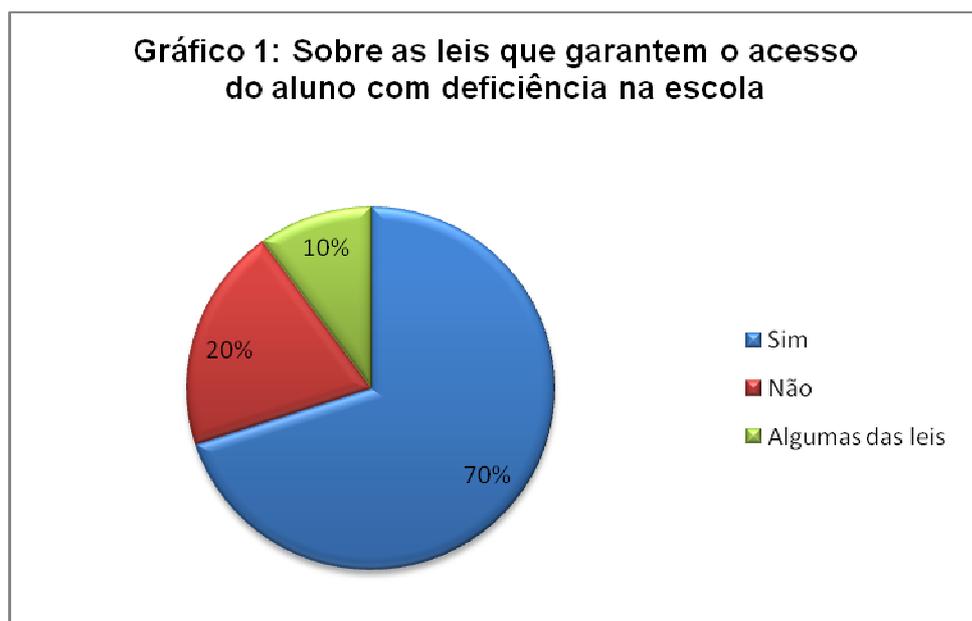
A população e amostra da pesquisa foram compostas por 02 (dois) professores habilitados em Educação Física que atuam na **Escola Municipal de Ensino Fundamental “Ulisses Soares Ferreira”**, localizada na Zona Leste do Município de Porto Velho (RO). Sendo que um dos participantes tem “três” anos de experiência e o outro “doze” anos de experiência.

Aos participantes da pesquisa, foram entregues o termo de consentimento da entrevista e o questionário com perguntas fechadas. Os referidos documentos foram preenchidos e respondidos pelos participantes na sala dos professores da referida escola citada acima. E por questões éticas os nomes dos participantes da pesquisa não serão divulgados.

### 3.3 Resultado e análise dos dados

Mediante respostas obtidas através de questionário aplicado aos professores de Educação Física lotada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ulisses Soares Ferreira, localizada na Zona Leste do Município de Porto Velho (RO) no intuito de abordar acerca do profissional de Educação Física frente ao processo de inclusão escolar.

A seguir apresentam-se os resultados e análise dos questionários:



Fonte: Pesquisadora, 2012

No gráfico 1 observa-se que 70% do grupo conhecem sim as leis, 10% não conhecem e 20% algumas das leis. Apesar de 70% afirmarem que conhecem as leis, não foram capazes de informar quais seriam essas Leis que beneficiam o aluno deficiente.

Sendo assim, para que seja possível colocar em prática os direitos do educando com deficiência é preciso que o professor de Educação Física conheça quais são esses direitos que estão garantidos em lei de maneira a contribuir e oferecer uma melhor qualidade de ensino ao aluno deficiente.

Sabemos que no atual contexto, a acessibilidade é fundamental para o profissional que trabalha em educação, bem como ao aluno que está incluído. Uma vez que, essa é uma das maneiras de estamos proporcionando ao aluno com deficiência o seu acesso aos diferentes locais e estruturas do âmbito escolar onde serão transmitidos os conhecimentos que serão úteis no progresso psico motor e ao seu processo de inclusão.

De acordo com Gorgatti (2005, p.23):

Acessibilidade, em inclusão escolar pode ser compreendida como uma tríade: fisicamente, a escola precisa ser adaptada para receber todos os alunos; individualmente, professores e funcionários precisam abrir suas mentes para compreender as possibilidades vantajosas e desafiadoras da inclusão; coletivamente, pais, crianças com deficiência e sociedade devem perceber que diferenças individuais são inerentes à condição humana e que cabe à escola educar cidadãos preparados para conviver com diferenças.

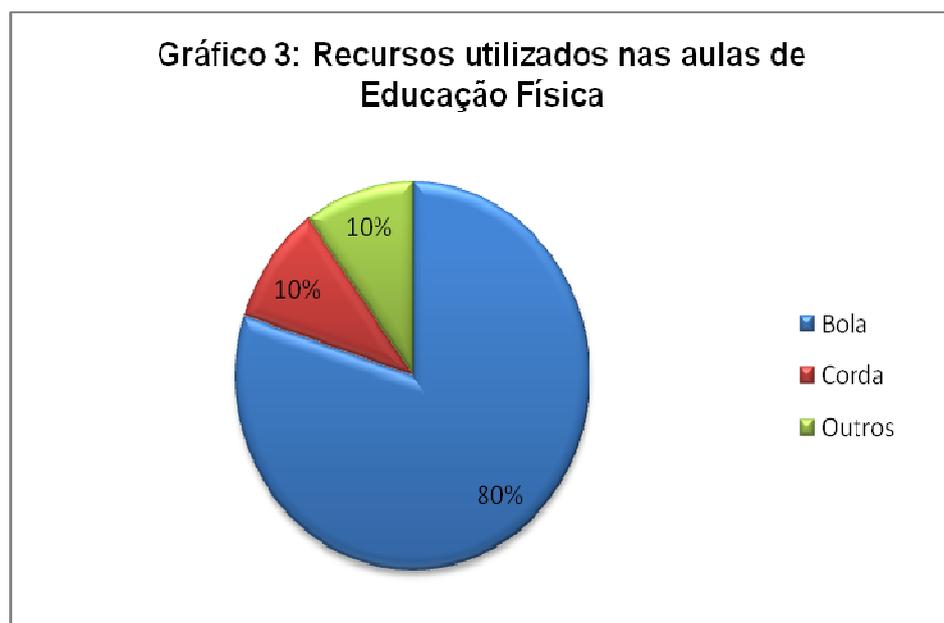
Pois, não é possível responder às necessidades de alunos com deficiências ou outras necessidades educacionais especiais sem que se providenciem meios materiais e didáticos apropriados e sem a diversificação do currículo, entre eles o conhecimento da legislação que fundamenta seus direitos. Todas as propostas educativas que venham a ser decididas e implementadas devem sempre partir do currículo comum da escola regular e das necessidades dos alunos.



Fonte: Pesquisadora, 2012

No que diz respeito aos conteúdos programáticos são trabalhados visando atender os PCNs. Nota-se pelo gráfico 2, que todos os professores foram unânimes em afirmar que usam os jogos na sua programação didática.

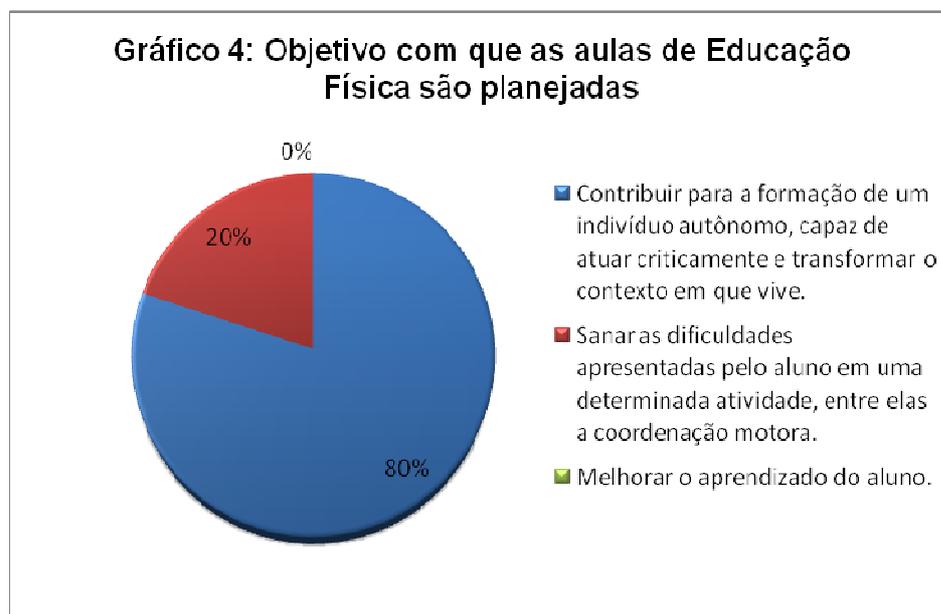
Porém, é preciso conforme descreve Silva et al. (2008), ter o cuidado em relação ao conhecimento a ser trabalhado pelos professores de Educação Física, com o conteúdo da atividade física e o esporte adaptado, pois somente isso não assegura a inclusão e a participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física escolar.



Fonte: Pesquisadora. 2012

Os dados do gráfico 3, nos mostram que 80% do grupo questionado disseram que utilizam a bola como ferramenta pedagógica. E 10% corda e 10% outros (barbante, copo descartável, giz, etc.).

De acordo com Hartmann e Marquezan (1999), o professor de Educação Física que trabalha com deficientes deve além de dispor de conhecimentos voltados à aptidão física, ao desempenho motor, cognitivo e afetivo da criança ou adolescente, também deve ter conhecimento das potencialidades e limitações, bem como, conhecer especificadamente a deficiência do aluno.



Fonte: Pesquisadora, 2012

Conforme demonstra o gráfico 4, dos entrevistados 80% disseram que as aulas de Educação Física são planejadas com objetivo de contribuir para a formação de um indivíduo autônomo, capaz de atuar criticamente e transformar o contexto em que vive. 20% Sanar as dificuldades apresentadas pelo aluno em uma determinada atividade de modo a melhorar o aprendizado do aluno. E um dos entrevistados ainda acrescentou que o objetivo vai além, consiste nos bons hábitos de uma qualidade de vida mais saudável.

Os resultados reforçam a idéia de Dutra; Silva e Rocha (2006), quando afirmam que as aulas de Educação Física devem ser planejadas, visando objetivos que possam contribuir para a preparação dos alunos com as diferenças, seja esse aluno deficiente ou não. Haja vista, que essa é uma tarefa fundamental do professor,

pois se há pessoas diferentes no mesmo meio, a troca de experiências pode ser extremamente rica.

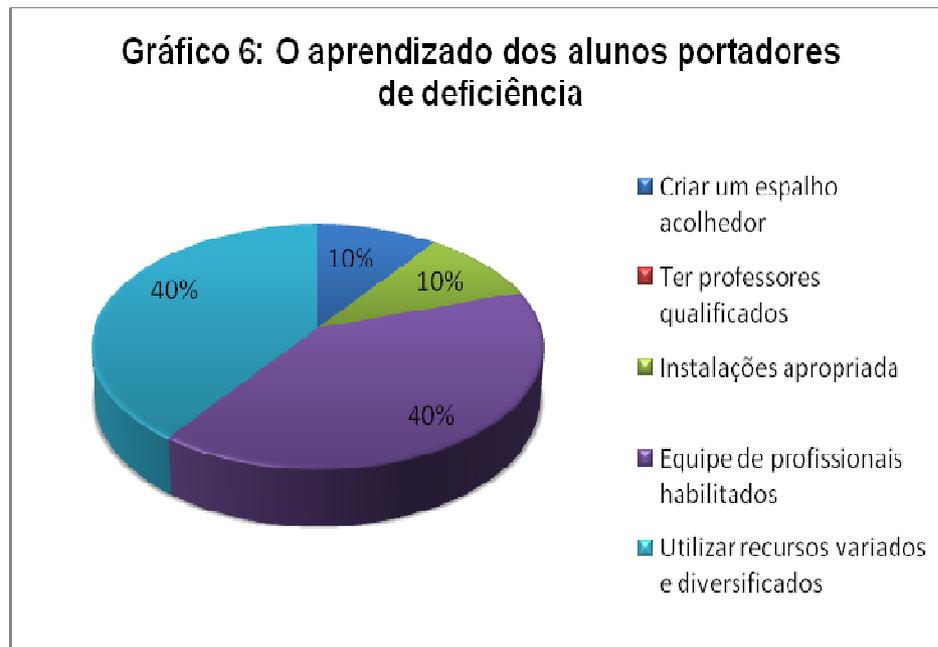


Fonte: Pesquisadora. 2012

O gráfico 5, mostra que o planejamento escolar da disciplina de Educação Física pela maioria dos professores é realizado semanal (90%). Apenas 10% realizar de forma quinzenal.

Como bem destaca Flores et al. (2009), são muitas as contribuições positivas do planejamento, entre elas, a importância de organizar as atividades a serem desenvolvidas para a melhora das aulas e da própria gestão de classe, como também para alcançar os objetivos da aula, evitando o improvisado e valorizando o aluno.

Portanto, conclui-se que é necessário um apoio pedagógico, para adequar os conteúdos a realidade do educando. Cujo, a escola deve-se adaptar as diferenças, considerando que todas as pessoas possuem um ritmo de aprendizagem diferente.



Fonte: Pesquisadora, 2012

De acordo com o gráfico 6, entre o grupo questionado apenas 10% afirmaram que é necessário criar um espaço acolhedor; 40% ter professores e equipe de profissionais habilitado; 10% espaço físico e instalações apropriadas; 40% utilizar-se de recursos variados e diversificados.

Tal resultado, mostra que a escola e a maioria dos profissionais que nela atuam não estão preparadas para trabalharem com alunos deficientes na escola de maneira inclusiva. Além, de não haver a qualificação adequada para essa atuação, as escolas também são instituições que possuem limitações e que precisa ser discutido, entre elas o espaço físico, pois, o problema não se resume apenas na formação, e sim em políticas que realmente preparem o profissional, a escola e os alunos para uma inclusão de alunos deficientes neste meio de ensino.

De acordo com Fernandes; Vargas e Falkenbach (2009) a acessibilidade e a inclusão são inseparáveis.



Fonte: Pesquisadora. 2012

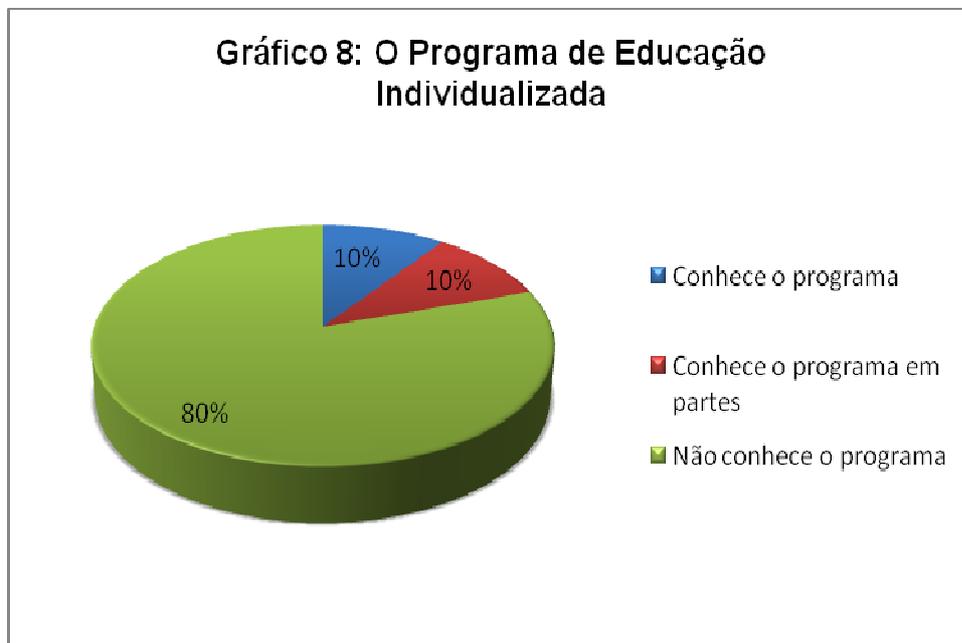
Em relação a cursos na área de inclusão, 80% afirmaram que a escola não oferece curso de capacitação aos funcionários. Segundo o grupo questionado apenas a Secretária Municipal de Educação oferece curso nessa área. Porém, entre o grupo 20% disseram que sim a escola oferece curso na área de inclusão.

Nesse contexto, merece ressaltar o ponto de vista de Hartmann e Marquezan (1999), quando afirmam que o profissional da Educação Física não tendo uma boa qualificação em relação ao trabalho com alunos deficientes, perde um campo de trabalho, bem como o próprio aluno é privado de ter aulas com um professor devidamente qualificado. Já Dutra; Silva e Rocha (2006), colocam que um dos primeiros passos para se pensar em uma escola inclusiva é a capacitação dos professores para trabalharem com pessoas com deficiência.

Apesar de no Brasil, há mais de uma década, vem ocorrendo discussão sobre movimento de inclusão, mas a grande maioria do alunado com deficiência ainda está fora da escola, poucos estão inseridos em escolas e classes especiais ou estão alocados em salas de aula do ensino regular sem qualquer preparo do professor para recebê-los como defende Mendes (2002).

É interessante, reafirmar a necessidade de capacitação de educadores para o trabalho com a clientela de alunos que apresentam algum tipo de deficiência, pois esta parece ser a maior preocupação tanto dos que têm o aluno em sala de aula e também dos que "têm medo em recebê-lo", justamente por não se sentirem preparados.

Além disso, pouco são os trabalhos divulgados e publicados, realizado pelo professor de Educação Física com alunos deficientes. O que poderia desmistificar a idéia vigente sobre a grande dificuldade em ensinar alunos com necessidades diferentes dos "normais".



Fonte: Pesquisadora, 2012

O gráfico 8 mostra que, 80% do grupo não conhecem, 10% conhecem em parte o Programa de Educação Individualizada e, 10% não conhecem. Os professores que relataram conhecer o programa não definiram como é trabalhar "de modo individualizado" e nem qual é "o material diferenciado" que utilizam.

Através dos resultados, é preciso que o professor busque aprimorar seus conhecimentos para aprender lidar com o aluno deficiente. Pois, de acordo com Tavares (2002), a inclusão de alunos com deficiência, implica muito mais do que colocar simplesmente o aluno numa escola regular. É um processo em que o aluno

deve ter oportunidades para se desenvolver e avançar em termos educativos para uma autonomia econômica e social, onde a escola tem como objetivo proporcionar um ensino de elevado nível a todos os alunos sejam eles deficientes ou não.



Fonte: Pesquisadora. 2012

Já a questão de profissionais habilitados para atender alunos com deficiência, 70% afirmaram que a escola “Não” dispõe desse profissional. 20% disseram que a escola “Sim” dispõe desse profissional. 10% disseram “alguns” estão sendo capacitados de forma a ter condições de atender essa clientela.

De acordo com Soler (2002), para desenvolver o processo de inclusão em uma escola, as primeiras pessoas a serem trabalhadas são os professores, e estes devem entender plenamente o sentido da inclusão, ou seja, que quem se adapta é a escola ao aluno e não o aluno à escola.



Fonte: Dados da pesquisa, 2012

Em relação o que acham das aulas de Educação Física no âmbito escolar, 100% dos entrevistados disseram que sim a aula de Educação Física é importante. Pois, segundo o grupo a aula contribui para a formação integral do aluno; é uma forma de o aluno participar e extravasar com as atividades recreativas e esportivas; é um momento importante de socialização dos alunos especialmente nessa faixa etária de 6 a 10 anos de idade.

Além de que, a disciplina Educação Física reforça as orientações dos professores quanto as questões voltadas ao respeito, os valores e o saber “ganhar” e “perder”. E ainda por ser uma extensão das outras disciplinas, contribui para o desenvolvimento e socialização; Auxilia no desenvolvimento físico e mental. Ajuda a criança no seu desenvolvimento psicomotor, raciocínio e outros, refletindo assim no aprendizado. Ajuda a canalizar as energias do aluno para uma boa aprendizagem, Reconhecimento do corpo, noção espacial, trabalha a socialização, respeito, limites, psicomotricidade.

Sendo assim, definir e compreender inclusão é uma tarefa difícil, principalmente porque a trajetória histórica do termo e sua aplicação nos meios educacionais têm gerado muita polêmica.

Durante as pesquisas, os professores de Educação Física demonstraram que compreendem a necessidade de se ampliar ações de inclusão aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência.

Complementando a pesquisa de campo foi questionado ao grupo que foi identificado por número, a pedido dos mesmos, **“o que é preciso fazer para oferecer uma aprendizagem significativa aos alunos com deficiência”**? Nesse contexto, o quadro abaixo expõe a fala dos professores.

Professor 1	<i>Ter uma equipe de profissionais entendido do assunto, capaz de orientar como progredir nas dificuldades, criar um espaço acolhedor, ter professores qualificados, espaço físico e instalações apropriadas, equipe de profissionais qualificados, métodos eficazes, recursos variados e diversificados, pois não há como desenvolver um aprendizado sem a junção destes fatores</i>
Professor 2	<i>É necessário realizar várias mudanças como ter professores habilitados, espaço físico. Adaptações no currículo e o mais importante conscientização dos pais e familiares no suporte de acompanhar a vida escolar de seu filho, pois as barreiras são muitas a serem quebradas e a escola precisa desse apoio.</i>

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

De acordo com o quadro acima, percebe-se que há de fato a necessidade de uma implementação da política de Educação Inclusiva, que almeja buscar por transformações profundas na organização e cultura da escola.

Pois, a dificuldade de aprendizagem dos alunos deficientes quer seja oriundas de alguma patologia ou não, resultam, de modo geral, da maneira como é desenvolvido o projeto pedagógico da escola e das diretrizes políticas que orientam o sistema educacional. Contudo, a inclusão representa um avanço no que diz respeito ao processo de inserção de alunos deficientes nas escolas comuns. Em virtude, do seu propósito principal a transição dos alunos com deficiência da escola especial à escola comum. Objetivando oferecer suporte ao processo de aprendizagem na rede de ensino regular.

Porém, para avançar em direção ao desenvolvimento da educação inclusiva é necessário que as escolas criem progressivamente uma série de condições que venham facilitar a oferta de resposta à diversidade. Pois, as escolas que conseguem bons resultados com todos os seus alunos (a)s caracterizam-se por terem atitudes de aceitação e valorização da diversidade por parte da comunidade

educacional e possuem um projeto educacional institucional que contemple a atenção a diversidade.

Entretanto, percebe-se que a Educação Inclusiva coloca como meta para a escola, o sucesso de todas as crianças deficientes, independentemente do nível de desempenho que cada sujeito seja capaz de alcançar. O importante é a qualidade sobre o que se ensina e um currículo competente que deve ser elaborado a partir do conhecimento do alunado. Este conhecimento da turma, feito a partir de um diagnóstico, possibilita ao professor conhecer o nível de possibilidades de seus alunos e, assim organizar atividades que favoreçam o seu desenvolvimento. Este na verdade, é o grande desafio a ser enfrentado pelas escolas

Acreditamos, pelos resultados encontrados através das entrevistas que o aprimoramento da qualidade do ensino regular e adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos alunos deficientes. Em consequência, a Educação Inclusiva torná-se-a uma modalidade de ensino destinada não apenas a um grupo exclusivo de alunos - o dos deficientes, mas uma modalidade de ensino especializada no aluno e dedicada á pesquisa e ao desenvolvimento de novas maneiras de se ensinar, adequadas à heterogeneidade dos aprendizes e compatíveis com ideais democráticos de uma educação para todos.

As pesquisas, nos revela que as escolas, além de não estarem preparadas, deixam a desejar em diversos âmbitos, porém, a culpa não cabe somente a instituição, mas aos fatores sociais, econômicos e políticos. Muitos estudiosos debatem sobre a necessidade de começar a inclusão de alguma forma, sendo preciso resgatar a cidadania destas pessoas que ficaram anos à margem da sociedade.

Porém, com base nas pesquisas in loco, as escolas não conseguem oferecer ao aluno com deficiência, o que ele foi buscar como primazia, o aprendizado educacional. Portanto, o aluno continua em um mundo segregado,

No entanto, conforme pesquisa comprovada, um fato curioso é que os professores expõem suas opiniões alegando a dificuldade em se trabalhar com alunos deficientes, já que as salas são lotadas e o espaço físico não dão condições de desenvolver um bom trabalho. A repetição desses fatos vêm refletir diretamente no desenvolvimento social dos alunos com deficiência.

As Diretrizes Nacionais define que todo o professores de Educação Inclusiva ou que atuam em classes comuns, deve ter formação para exercer essas funções principalmente os que atuam em serviços de apoio pedagógico.

Os professores entrevistados reclamam da capacitação não existente conforme consta no quadro 7 . Porém, o artigo 59 da LDB enfatiza que para o bom desempenho dos alunos excepcionais faz necessário a especialização adequada para os professores, bem como o acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns na Rede Regular.

Percebe-se pelas pesquisas realizadas, que o avanço de um aluno deficiente depende do estímulo que recebe tanto da família como do educador. Uma vez que, o trabalho em equipe faz-se necessário para que as necessidades dos alunos deficientes sejam de fato atendidas.

É notável, que apesar das dificuldades, os professores tem tentado quebrar as barreiras existentes na Educação Inclusiva. Recebem os alunos deficientes procurando adaptar as atividades, conforme a dificuldade de cada um, mesmo que não tenham sido feitas adaptações de acessibilidades na escola e sem materiais pedagógicos adequados para esses alunos. É o que nos revela o quadro 3.

De acordo com a pesquisa, referente ao quesito do quadro 10, importância das aulas de Educação Física é importante ressaltar que é papel da Educação Física na escola redimensionar sua função para o desenvolvimento dos alunos, de forma a respeitar suas condições, sem desejar o enquadramento em padrões preestabelecidos de corpo, o que, conseqüentemente, descaracteriza aqueles que não conseguem se encaixar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da presente pesquisa, conclui-se que para a escola pública se tornar uma educação inclusiva aberta a todos, é preciso que haja políticas públicas engajadas em redimensionar o processo educativo dentro de todos os seguimentos da sociedade no que tange os aspectos sociais, culturais e históricos.

Contudo, num primeiro momento, se faz necessário pensar em propostas que desafiem os alunos deficientes constatemente a ir e vir, a explorar ações que ainda desconhecem, a experimentar sensações e a conhecer o próprio corpo, suas possibilidades e limites.

Porém, é necessária a revisão de nossas práticas pedagógicas no redimensionamento de nossas ações a partir de um caminho igual para todos.

E para finalizar, a presente pesquisa permitiu-nos perceber que a dificuldade maior estar na nossa dificuldade em respeitar e lidar com as “diferenças”. E se não houver mudança nas atitudes em relação às diferenças, de modo a eliminar o preconceito e a discriminação, a inclusão permanecerá apenas de “direito” e não de “fato”.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR João Serapião de & DUARTE Édison. Educação inclusiva: um estudo na área da educação física. Marília: **Revista brasileira**, 11:2; 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 18/06/2012.

AYRES, Dalvina Amorim. **Projeto de doutoramento em Educação Inclusiva, uma utopia possível**: Um estudo de caso sobre o papel da escola na inclusão dos deficientes mentais na unidade de ensino básico - UEB Tancredo Neves – São Luis/MA. Funchal 2007.

CARDOSO, Vinícius Denardin & BASTILHA, Rafael Rodrigues. **Inclusão de alunos com necessidades especiais na escola**: reflexões acerca da Educação Física Adaptada. Revista Digital - Buenos Aires - Año 15 - Nº 146 - Julio de 2010.

CARLESSO, Ana Paula Zarth Patrícia, SIQUEIRA, Marcelino & LEBEDEFF, Tatiana Bolívar. O profissional de Educação Física e sua responsabilidade frente ao processo de inclusão. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 13 - Nº 122 - Julio de 2008. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 21/06/2012.

**Educação Física à distância**: módulo7/Alcir Braga Sanches, coordenador Brasília: Universidade de Brasília, 2011. 390 a 464p.

LIMA, Helen Tatiana Santos. O papel do professor no contexto inclusivo: uma reflexão a partir da teoria da subjetividade. **Revista Facitec**, v.4, n.1, Art.4, jan-jul 2010. Disponível em: <<http://www.facitec.br>>. Acesso em: 24/06/2012.

MARQUES, Keury Gomes, SILVA, Renata Vanessa da & SILVA, Rita de Fátima da. Atividades inclusivas na Educação Física escolar. **Revista Digital** - Buenos Aires - Año 13 - Nº 119 - Abril de 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com>. Acesso em: 23/06/2012.

MARTINEZ. Albertina Mitjans. **Criatividade e deficiência**: por que parecem distantes? Linhas crítica, Brasília, v. 9, n. 16, jan/jun.2003. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br>. Acesso em: 23/06/2012.

MOTA, Ednei Gomes da. **Inclusão Educacional das Pessoas Portadoras de Deficiência**. Disponível em: <http://saci.org.br>>. Acesso em 23/06/2012.

MONTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem - vindas à escola.** Universidade Estadual de Campinas / Unicamp. Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br>>. Acesso em: 22/06/2012.

OLIVEIRA, Luciana & REIS, Lúcio Mauro dos. **Inclusão Escolar da Criança e do Adolescente com deficiência intelectual:** Sob a visão social. Disponível em: <<http://www.sociedadeinclusiva.com.br>>. Acesso realizado em 29/07/2012.

PEREIRA, Marilú Mourão. **Inclusão Escolar:** Um Desafio Entre o Ideal e o Real. Artigo. Disponível em: <<http://www.profala.com.br>>. Acesso realizado em 23/06/2012

REGINATO Lilian Giselli. **Inclusão Escolar do Deficiente Físico.** 1ªed. Cascavel: ISSN, 2005. **Monografias** do Curso de Fisioterapia da Unioeste, n. 01 – 2005 ISSN 1675-8265. Disponível em: <http://www.unioeste.br>>. Acesso em: 24/06/2012.

SAYÃO, Marcelo Nunes & MUNIZ, Neyse Luz. O Planejamento na Educação Física. **Revista Pensar a Prática.** 7:2; 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br>>. Acesso em: 24/06/2012.

SCAPATICIO, Márcia. Movimento por que ele é tão importante. **Revista Nova Escola.** maio 2012. p.66 e 67.

TOSCANO, Chrystiane Vasconcelos Andrade, SOUZA, Rita de Cácia Santos, JÚNIOR, Raul Soares Lobato & NETO, Luiz de Azevedo Costa. **Educação Física no processo de educação inclusiva:** Dificuldades conceituais, procedimentais e atitudinais do fazer pedagógico no município de Aracaju – SE. Disponível em: <<http://www.cbce.org.br>>. Acesso em: 24/06/2012.

**APÊNDICE – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES E EQUIPE GESTORA**

1) Você conhece as leis que garantem o acesso do aluno com deficiência na escola?

- Sim
- Não
- Algumas das leis

2) Como são trabalhados os conteúdos programáticos de educação física?

- Através de jogos
- Recreação
- Brincadeiras

3) Qual desses recursos mais se utiliza nas aulas de educação física para desenvolver as atividades com os alunos portadores de deficiência?

- Bola
- Corda
- Outros

4) Com que objetivo as aulas de educação física são planejadas?

- Contribuir para a formação de um indivíduo autônomo, capaz de atuar criticamente e transformar o contexto em que vive.
- Sanar as dificuldades apresentadas pelo aluno em uma determinada atividade, entre elas a coordenação motora.
- melhorar o aprendizado do aluno.

5) Como é realizado o planejamento escolar da disciplina de educação física?

- Diariamente
- Semanal
- Quinzenal
- Mensal

6) Na sua visão qual destas opções contribui para melhorar o aprendizado dos alunos portadores de deficiência?

- Criar um espalho acolhedor
- Ter professores qualificados
- Instalações apropriada
- Equipe de profissionais habilitados
- Utilizar recursos variados e diversificados

7) A escola oferece curso na área de inclusão?

- Sim
- Não

8) Você conhece PEI (Programa de Educação Individualizada) para alunos com deficiência?

- Conhece o programa
- Conhece o programa em partes
- Não conhecem

9) A escola dispõe de profissionais técnico habilitados para atender os alunos com deficiência:

- A escola não dispõe do profissional
- A escola dispõe do profissional
- Estão sendo capacitados

10) É importante ter na escola aula de educação física?

- Sim
- Não

## ANEXOS – TERMOS DE CONSENTIMENTO



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA  
CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA**

PÓLO

Porto Velho (RO)

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Sua instituição está sendo convidada para participar, como voluntária em uma pesquisa. Os sujeitos que irão participar serão devidamente esclarecidos sobre as informações acerca da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo. Deste modo, pedimos a sua autorização para que possamos convidar os integrantes de sua instituição a participar da pesquisa acadêmica relacionada abaixo, assinando este documento de consentimento da participação institucional, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa a instituição não será penalizada de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar o Pólo \_\_\_\_\_ do Programa Pró-Licenciatura da Universidade de Brasília pelo telefone (XX\_\_\_) \_\_\_\_-\_\_\_\_.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Título do Projeto:** Adequações Curriculares e metodológicas em Ed. Física  
**Responsável:** Geizol Guimarães Costa (nome do orientador)

#### Descrição da pesquisa:

*Resumo descritivo da pesquisa, a ser construído conforme objeto e objetivos definidos a partir do Projeto de Pesquisa.*

#### Observações importantes:

A pesquisa não envolve riscos à saúde, integridade física ou moral daquele que será sujeito da pesquisa. Não será fornecido nenhum auxílio financeiro, por parte dos pesquisadores, seja para transporte ou gastos de qualquer outra natureza. A coleta de dados deverá ser autorizada e poderá ser acompanhada

por terceiros. O resultado obtido com os dados coletados, bem como possíveis imagens, serão sistematizados e posteriormente divulgado na forma de um texto monográfico, que será apresentado em sessão pública de avaliação disponibilizado para consulta através da Biblioteca Digital de Monografias da UnB.

### TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, Valdirene B. Flausino  
 \_\_\_\_\_, RG 424039, CPF 409459952-53  
 responsável pela instituição

Ulisses Soares Ferreira  
 autorizo, conforme abaixo assinado, a utilização para fins acadêmico científicos do conteúdo do (teste, questionário, entrevista concedida e imagens registradas - o que for o caso) para a pesquisa:  
Adaptações metodológicas e curriculares (título do projeto de pesquisa).

Fui devidamente esclarecido pelo (a) estudante: Maria Mônica Zimmer Simionato Bionetti,  
 MATRÍCULA \_\_\_\_\_ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades. Foi-me garantido que a instituição ou qualquer um de seus participantes poderão desistir de participar em qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade. Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa, e também imagens, serão divulgados para fins acadêmicos e científicos, através de Trabalho Monográfico que será apresentado em sessão pública de avaliação e posteriormente disponibilizado para consulta através da Biblioteca Digital de Monografias da UnB.

Local e data

  
 E.M.E.I.F. Ulisses Soares Ferreira  
 Valdirene B. Flausino  
 Diretora  
 DECRETO Nº 6.255/1

Nome e Assinatura

Carimbo da Instituição

ESCOLA MUNICIPAL DE ED. INF. E ENSINO FUND.  
 ULISSES SOARES FERREIRA  
 DECRETO 9431 DE 16/06/2004  
 AUTORIZADA: RESOLUÇÃO Nº 15/CME-07